

Pedro Vuskovich e a experiência popular chilena: lições de um intelectual completo⁵

Pedro Vuskovic and the Chilean popular experience: lessons from a complete intellectual

DOI: 10.23925/1806-9029.37i1(67)71873

Autor: Antonio Vogaciano Barbosa Mota Filho. Professor Assistente do Departamento de Relações Internacionais da Unifesp. E-mail: antonio.mota@unifesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1631-3629>

Resumo

Este artigo apresenta um retrato intelectual de Pedro Vuskovic, enfatizando sua trajetória como economista na CEPAL e sua atuação como Ministro da Economia durante o governo de Salvador Allende no Chile. Analisa-se sua visão sobre o desenvolvimento econômico e a transição ao socialismo, bem como o impacto e as limitações das políticas implementadas sob sua liderança. O estudo contribui para uma compreensão mais ampla das ideias econômicas que marcaram o período e do papel de Vuskovic no projeto transformador da Unidade Popular.

Palavras-chave: Pedro Vuskovic; CEPAL; Unidade Popular; transição.

Abstract

This article presents an intellectual portrait of Pedro Vuskovic, focusing on his career as an economist at CEPAL and his role as Minister of Economy during Salvador Allende's government in Chile. It examines his views on economic development and the transition to socialism, as well as the impact and limitations of the policies implemented under his leadership. The study contributes to a broader understanding of the economic ideas that shaped the period and Vuskovic's role in the transformative project of the Unidad Popular.

Keywords: Pedro Vuskovic; ECLA; Popular Unity; transition.

JEL: B24; B31.

5 A elaboração desse texto só foi possível graças à ajuda do bibliotecário da CEPAL, Fabián Barros, que pacientemente ajudou na busca de vários textos de Vuskovic disponíveis na biblioteca daquela instituição.

Introdução

Pedro Vuskovic foi um dos principais economistas da primeira geração da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) junto com Celso Furtado e Raúl Prebisch. Em uma entrevista realizada em 1985, este falou da impressão que teve de Vuskovic: “Lembro-me de Vuskovic trabalhando com uma calculadora em uma pequena sala na entrada da Rua da Providência. Ele demonstrou capacidade intelectual e teve uma boa carreira” (Prebisch, 2001, p. 12). O sociólogo brasileiro Francisco de Oliveira, que se notabilizou nos anos 1960 por ser o superintendente adjunto da SUDENE, também relata em uma entrevista a impressão que teve de Vuskovic, quando foi seu aluno em um dos cursos promovidos pela CEPAL: “Havia uma cadeira que era oferecida com este título [programação geral]. O Professor importante era Pedro Vuskovic, um chileno que nos dava programação geral, e eu caí de joelhos. Era a disciplina que eu amava (Sousa, Theis, Barbosa, 2020, p. 74)”. Os testemunhos de Prebisch e Oliveira chamam atenção pelo fato de que alguém considerado com “grande capacidade intelectual” tenha sido virtualmente esquecido pelo pensamento econômico e social latino-americano contemporâneo.

Seu percurso na CEPAL esteve vinculado ao uso e difusão de métodos quantitativos nas formulações da Comissão. Tendo trabalhado no início dos anos 1950 na Divisão de Desenvolvimento, à época dirigida por Furtado, foi um dos responsáveis pela elaboração do primeiro manual de planejamento da CEPAL, apresentado em 1955, e aprofundado por ele ao longo dos anos 1960. Nesse período, Vuskovic também foi o responsável por cursos de formação de técnicos de planejamento econômico oferecidos pela Diretoria de Operações de Assistência Técnica (DOAT) das Nações Unidas. Em paralelo à sua atuação como funcionário de organização internacional, Vuskovic também foi professor das Universidades do Chile e de Concepción. É nesse contexto que ele inicia sua colaboração com Salvador Allende, sendo um dos responsáveis pela redação da parte de economia do programa elaborado para as eleições presidenciais de 1964. Com a vitória de Allende, em 1970, Vuskovic foi nomeado Ministro da Economia e foi responsável pela formulação da estratégia de transição econômica para o socialismo. Pelo seu envolvimento nas transformações econômicas implantadas pela Unidade Popular (UP), foi um dos principais alvos da direita chilena. Após o golpe de 1973, Vuskovic inicia um longo período de exílio no México, durante o qual realizou um amplo balanço da sua experiência no governo Allende. Além disso, foi um entusiasta do terceiro-mundismo e mostrou-se um atento analista do avanço do neoliberalismo ao longo dos anos 1980 e 1990.

O objetivo deste trabalho é apresentar um apanhado, que não se pretende exaustivo, do percurso intelectual de Pedro Vuskovic até sua atuação no governo Allende. Além desta breve introdução, dividimos esse trabalho em três seções: o período cepalino; a atuação no governo Allende e a conclusão.

O período cepalino

A data precisa de entrada de Pedro Vuskovic na CEPAL é objeto de controvérsia. O livro compilado por Raúl Maldonado, composto por vários textos do economista chileno, indica que Vuskovic teria iniciado seu período na comissão em 1950

(Maldonado, 1993, p.17). Na entrevista de Raúl Prebisch, mencionada anteriormente, tem-se a impressão de que Vuskovic esteve vinculado à Comissão desde os primeiros anos desta (Prebisch, 2001, p. 12). Em entrevista concedida à historiadora chilena Verónica Montecinos, em 1986, Vuskovic menciona seu percurso dentro da CEPAL:

De fato, trabalhei na CEPAL por muitos anos, tempo suficiente para percorrer toda a trajetória da carreira: desde o ingresso como assistente de estatística na categoria de funcionários locais até o cargo de diretor da Divisão de Desenvolvimento, culminando com a passagem por todos os níveis profissionais na categoria de funcionário público internacional. Devo muito do meu treinamento a essa experiência de trabalho, que acredito ter influenciado todas as minhas atividades posteriores de uma forma ou de outra. (Maldonado, 1993, p. 288 - tradução nossa).

A inexistência de um arquivo da CEPAL dificulta a tarefa de investigar a carreira de Vuskovic na organização. A partir do cruzamento de diferentes textos, é possível saber que, por exemplo, nos anos 1950, ele trabalhou na Divisão de Desenvolvimento no período em que esta foi dirigida por Celso Furtado (1950-1957). Sua habilidade analítica foi particularmente importante nesse período, uma vez que se iniciaram as formulações da CEPAL sobre programação econômica.

Em 1953, na conferência da Comissão ocorrida no Rio de Janeiro, foi apresentado o “Estudo Preliminar sobre a Técnica de Programação do Desenvolvimento Econômico” (Cepal, 1953), o qual foi aprofundado e publicado oficialmente, em 1955, como o documento “Introducción a la técnica de programación” (CEPAL, 1955). Grande parte desse documento foi redigido por Celso Furtado, contando com a colaboração de Jorge Ahumada (Urquidí, 1967, p. 4). A questão da programação foi aprofundada pela Comissão devido à demanda dos governos latino-americanos, que buscavam formar seus funcionários públicos na área de planejamento. Um dos responsáveis desse aprofundamento foi Ahumada, responsável pela disciplina de planejamento econômico nos cursos que a CEPAL oferecia nos países da região. Em seu livro “Teoría y programación del desarrollo económico”, Ahumada apresenta uma perspectiva analítica um pouco mais sofisticada que a do documento de 1955, sobretudo porque agrega uma exposição sobre o modelo insumo-produto (Ahumada, 1967, p. 42).

Desenvolvido nos anos 1930 pelo economista russo Wassily Leontief, o modelo insumo-produto teve o ápice da sua difusão nos anos 1950 e foi amplamente estudado por Pedro Vuskovic. A CEPAL começou a utilizar esse tipo de modelo em uma série de estudos sobre o desenvolvimento econômico de alguns países da região, tendo Vuskovic sido responsável pela estimação do modelo para as economias do Peru e da Colômbia (Cepal, 1957, 1959).

As normas editoriais da ONU, vigentes àquele período restringiam a identificação dos autores dos documentos oficiais da organização. Contudo, a partir do lançamento de publicações seriadas como o “Boletín Económico de América Latina”, em 1956, parte dos textos anteriormente submetidos como documentos oficiais puderam ser publicados com a assinatura de seus autores. É o caso do artigo de Vuskovic sobre o modelo insumo-produto, no qual avalia que “No caso específico dos países latino-

americanos, o modelo de insumo-produto pode ser muito útil na consideração de alguns problemas básicos, como o aumento das necessidades de importação que o próprio desenvolvimento gera” (Vuskovic, 1956, p. 18 - tradução nossa).

Junto à sua atuação como funcionário da CEPAL, Vuskovic também desenvolveu uma intensa atividade de docência. Nos anos 1950, junto com a Administração de Assistência Técnica (AAT) das Nações Unidas, a Comissão iniciou um grande esforço de formação de técnicos de planejamento econômico em parceria com vários governos da região⁶. Vuskovic deu aulas e coordenou vários desses cursos. Como ilustração, apresentamos em seguida os dados do Curso Intensivo de Capacitação ocorrido na Bolívia em 1960.

Tratava-se de um curso de cerca de três meses, coordenado por Pedro Vuskovic, que também foi responsável pelos cursos de Teoria e Programação do Desenvolvimento e Estatística Econômica. O discurso de encerramento do curso pronunciado por Vuskovic foi reproduzido na Revista *Planeamiento* e nele se nota a relevância que Vuskovic conferia ao planejamento como elemento central para a plena consecução do desenvolvimento:

Aumentar a conscientização sobre a necessidade de programar o desenvolvimento econômico de nossos países costuma ser uma tarefa lenta e árdua. A pressão dos problemas imediatos, a necessidade ansiosa de decidir o que precisa ser feito hoje, tende a adiar a atenção e a preocupação com o exame amplo e sereno das perspectivas de longo prazo, que nos permitirão definir melhor para onde estamos indo e como queremos chegar lá. No entanto, a decisão de hoje dificilmente será uma boa decisão se não for tomada dentro da estrutura dessa perspectiva, que deve ser moldada por planos de desenvolvimento abrangentes e coerentes; não a tomar é alimentar o mau uso de recursos escassos, desperdiçar esforços que poderiam ser mais lucrativos se fossem ajustados a um sistema adequado de prioridades, incentivar desequilíbrios e gargalos que acabam impedindo o crescimento. (Vuskovic, 1960, p. 40 - tradução nossa).

Ao afirmar o planejamento como condição necessária para o desenvolvimento, Vuskovic se inscrevia no paradigma cepalino de “desenvolvimentismo”. Isso também pode ser notado na sua crítica ao caráter a-histórico da ciência econômica ortodoxa e na necessidade de formar economistas conscientes das particularidades das sociedades latino-americanas, algo que Prebisch também já havia enunciado em “Manifesto Latino-Americano”⁷. No mesmo discurso de encerramento do curso, Vuskovic afirma que

6 Em dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Resolução 200 (III), que tratava da assistência técnica para o desenvolvimento econômico. A resolução E/CN.12/81, adotada pela CEPAL em junho de 1951, indica que a AAT havia designado um representante para atuar na Comissão. Nos anos 1950, a Administração foi transformada em Diretoria de Operações de Assistência Técnica (DOAT).

7 Ao comentar as dificuldades existentes na América Latina ao desenvolvimento de uma investigação científica sobre a situação econômica da região, Prebisch afirmava que: “Talvez a principal delas seja o número exíguo de economistas capazes de penetrar, com um discernimento original, nos fenômenos latino-americanos” (Prebisch, 2000, p. 80).

Se quisermos ser profissionais e técnicos responsáveis, precisamos manter uma atitude construtiva, longe da importação automática de receitas econômicas, e empregar nosso próprio esforço e imaginação para entender corretamente as economias de nossos próprios países e a natureza de seus problemas. Precisamos contribuir para a busca de nossos próprios caminhos, que se adaptem às condições concretas de nossos ambientes e às aspirações de nosso povo (Vuskovic, 1960, p. 41 - tradução nossa).

A realização do Curso Intensivo em La Paz foi o desdobramento de um acordo de cooperação entre a CEPAL e o governo boliviano em 1959. Desde 1952, a Bolívia passava por um intenso processo de transformação política, com a consecução de reformas de caráter nacionalista, promovidas, sobretudo, pelo governo de Víctor Paz Estenssoro. Poucos dias antes do início do Curso, Paz Estenssoro foi eleito para um novo mandato presidencial e, com o apoio da Comissão, iniciou a formulação do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1962-1971), que foi adotado pelo governo em julho de 1961. Vuskovic assessorou a formulação desse Plano e por vezes se notam no tom do documento ecos do discurso pronunciado por Vuskovic no ano anterior:

Trata-se, sem dúvida, de um conjunto ambicioso de objetivos, mas perfeitamente realizável se conseguir atender a vários requisitos de natureza diferente. A própria adoção deste Plano satisfaz um desses requisitos: a definição de critérios rigorosos de prioridade para a alocação dos recursos nacionais e estrangeiros disponíveis e uma orientação clara para o uso harmonioso dos vários instrumentos de política econômica à disposição do setor público. A magnitude dos obstáculos a serem superados e os recursos limitados - especialmente de natureza financeira - disponíveis tornam imperativo abordar os problemas de forma planejada para garantir a máxima eficácia. A formulação deste Plano é um primeiro passo decisivo nessa direção (Bolívia, 1961, p. 5-6 - tradução nossa).

Além das aulas nos cursos da Comissão, Vuskovic também era professor da Escola de Economia da Universidade do Chile, igualmente nas áreas de teoria do desenvolvimento econômico e estatística econômica, o que explica que parte de suas notas de aula pudessem ser utilizadas em ambas as instituições. Gostaríamos de chamar atenção para o texto “Técnicas de Planificación”, publicado pelo ILPES em 1965 (Vuskovic, 1965). Trata-se de um texto que, desde sua introdução, Vuskovic o inscreve na continuidade do “modelo de planejamento” da CEPAL, cuja formulação remonta, como mencionamos anteriormente, ao início dos anos 1950. Contudo, em seu texto, é perceptível o esforço de reformatar o modelo de planejamento da CEPAL, privilegiando um fundamento analítico mais rigoroso, pelo qual Vuskovic era conhecido na Comissão.

A intensidade do trabalho e da reflexão de Vuskovic nos anos 1960 estão vinculadas a um contexto particular em torno da utopia que marcava a ideia de “desenvolvimento”. Trata-se do auge das “teorias do desenvolvimento econômico” e, com elas, da chamada “Era de Ouro” do capitalismo. Em dezembro de 1961, a Assembleia Geral das Nações

Unidas adotou a resolução 1710 (XVI), instaurando a Primeira Década pelo Desenvolvimento, que indicava que a superação dos problemas econômicos e sociais seria possível por meio de uma ação concertada.

No caso da América Latina, a administração Kennedy parecia vincular-se a esse “espírito do tempo” ao propor a “Aliança para o Progresso” e, com ela, a necessidade de realização de reformas sociais e de um amplo planejamento que impulsionassem o desenvolvimento. Contudo, rapidamente evidenciou-se que a “Aliança para o Progresso” era um instrumento para manter a América Latina sob a hegemonia americana. A partir do momento que a promessa de “desenvolvimento” mobilizava setores populares ou ameaçava minimamente o tipo de capitalismo dependente que historicamente caracterizou a região, as classes dominantes e o imperialismo não hesitaram em golpear as democracias e impor um formato de arranjo político e econômico que mantivesse a ordem estabelecida.

É possível imaginar como a onda de golpes de Estado impactou todos esses funcionários da CEPAL, envolvidos diretamente no projeto de promover o “desenvolvimento”. O discurso de Vuskovic em La Paz, em 1960, indica o aspecto utópico sobre o qual se assentava sua visão de “desenvolvimento”.

A radicalidade que a ideia de desenvolvimento assumiu na América Latina ajudou a forjar uma intelectualidade que marcou a história da região. A conjunção da presença de diferentes organizações internacionais e, com elas, de intelectuais formados no estado da arte das ciências sociais, fizeram de Santiago o centro propagador da utopia do desenvolvimento. De lá, sairia o canto do cisne da utopia do desenvolvimento, encarnada em Salvador Allende.

“Junto faremos a segunda independência - a independência econômica”: a atuação no governo Allende⁸

Em 1964, Salvador Allende disputou sua segunda eleição presidencial, apoiado pela Frente de Ação Popular (FRAP). Contudo, a eleição de 1964 acabou sendo vencida por Eduardo Frei, candidato da Democracia Cristã e cujo programa era marcadamente reformista. Tendo se instalado temporariamente em Santiago após o golpe militar de 1964, Celso Furtado acompanhou a campanha presidencial chilena. De acordo com o economista brasileiro:

Ao iniciar-se, em 1964, o governo Frei, o clima era de grandes esperanças. Muitos de meus amigos e antigos companheiros da CEPAL estavam, de uma ou outra forma, integrados nesse movimento. Jorge Ahumada era um dos assistentes mais próximos de Frei e de alguma maneira simbolizava o espírito de cruzada renovadora que prevalecia no país. Eu mantinha com Ahumada relações de amizade as mais profundas. Assim que

8 Trecho do discurso de vitória da eleição presidencial de Salvador Allende no dia 05 de setembro de 1970 (Allende, 2022, p. 22). O objetivo dessa seção não é realizar um balanço da experiência da transição chilena ao socialismo, mas apresentar um panorama da atuação de Vuskovic nesse período.

cheguei ao Chile, em maio de 1964, ele me procurou exultante com a vitória política que, ali, vinha de ser alcançada. O caminho lhe parecia aberto para a realização das reformas econômicas e sociais com que tanto havíamos sonhado. Eu, que acabara de viver uma experiência amarga, mostrava-me cauteloso (Furtado, 1991, p. 25).

Crescentemente interessado pela análise da economia chilena, Vuskovic foi responsável por redigir a parte de economia do programa da FRAP (Maldonado, 1993, p. 23, 289)⁹. Em julho de 1964 foi publicado o extenso documento “Las bases técnicas del Plan de Acción del Gobierno Popular”, que trazia uma detalhada análise da economia chilena nos anos 1960 e linhas gerais da política econômica que seria conduzida pelo governo.

O diagnóstico apresentado em “Las bases técnicas...” apresentava interessantes paralelos com a nova fase de reflexões iniciada na CEPAL nos anos 1960. Se, por um lado, a industrialização substitutiva dos anos 1950 havia impulsionado o crescimento econômico de vários países da região, por outro, havia gerado novos problemas econômicos. Por reproduzirem o mesmo tipo de tecnologia intensiva em capital, as indústrias, controladas por oligopólios estrangeiros, não geravam uma quantidade suficiente de postos de trabalho para a crescente população urbana latino-americana. Além disso, a remessa de lucros das subsidiárias às suas matrizes no exterior renovava os problemas de desequilíbrio no balanço de pagamentos, somando, para além da deterioração dos termos de troca, um novo problema para as relações econômicas externas dos países da região. A baixa produtividade da agricultura de latifúndio também afetava o funcionamento da economia, uma vez que sua oferta não conseguia responder ao aumento da demanda do mercado interno, gerada pela urbanização. Assim, através dos preços dos alimentos, gerava-se uma pressão inflacionária suplementar que tendia a difundir-se por todos os setores da economia. O programa de Allende de 1964, no qual já é possível notar vários elementos do programa vitorioso de 1970, indicava que a superação desses problemas passaria necessariamente pela alteração da estrutura da propriedade na sociedade chilena e, em consequência, da distribuição do excedente na economia.

O programa do Governo Popular propõe a redistribuição da propriedade em seis setores importantes: 1) Agricultura, por meio da reforma agrária; 2) Indústria monopolista, por meio da nacionalização de certas indústrias básicas; 3) Grande mineração, por meio da nacionalização do cobre, ferro e salitre; 4) Comércio básico de exportação e importação, por meio da criação da Empresa Estatal de Comércio Exterior, que seria a única autorizada a importar e exportar certos itens essenciais para a economia; 5) Setor Financeiro, incluindo o Banco Central, o Sistema Bancário Nacional e as Companhias de Seguro e outras organizações financeiras a serem nacionalizadas; e 6) Comércio básico de distribuição, por meio da criação de uma empresa estatal para o comércio interno que coordenaria uma série de

9 Em relato sobre a experiência do governo Allende, Gonzalo Martner, Ministro do Planejamento do Governo Popular, indica que Vuskovic também teria participado da campanha de Allende 1958 (Martner, 1984).

agências estatais que distribuiriam no atacado, em alguns casos, e no varejo, em outros, uma série de produtos para os assalariados e matérias-primas essenciais, permanentemente ou em face de irregularidades nos importantes canais de distribuição deixados nas mãos do setor privado (Maldonado, 1993, p. 76 - tradução nossa).

Frente às novas questões econômicas surgidas nos anos 1960, Celso Furtado formulou a hipótese de que as economias latino-americanas tendiam à estagnação. As primeiras reflexões sobre a estagnação foram feitas por Furtado em junho de 1964, quando iniciou um conjunto de seminários no Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES), vinculado à CEPAL, do qual participaram expoentes das ciências sociais e humanas da América Latina, com Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort e Pedro Vuskovic. Em sua obra autobiográfica, Furtado descreve um ambiente de intensas discussões que partiam de um balanço crítico das experiências de industrialização via substituição de importações dos anos 1950 e início dos anos 1960 e também da “safra inicial” de formulações da CEPAL. Tendo em mente o vínculo de parte dos funcionários da Comissão com a campanha da Democracia Cristã, era inevitável que parte das discussões tratasse do programa de reformas proposto por Frei. De acordo com Furtado:

A verdade é que por um ou outro caminho o debate levava sempre a uma forma de impasse. Na América Latina não medrara mais do que um capitalismo bastardo, incapaz de sustentar-se por suas próprias forças. A industrialização substitutiva de importações perdia fôlego e tudo indicava que continuar por essa trilha era abrir as portas às forças que levam ao autoritarismo. E contar com uma modificação significativa no quadro internacional a muitos de nós parecia uma miragem. Não era suficiente reconhecer que reformas estruturais se haviam tornado por demais necessárias. Todos sabíamos que a experiência chilena de reformas estruturais, que se iniciava naquele momento sob a liderança de Eduardo Frei, seria a esse respeito decisiva. Mas será que essas reformas alcançariam a profundidade exigida? Pedro Vuskovic, que alguns anos depois viria a ocupar posição-chave no governo de Salvador Allende, mostrava-se cético com respeito à possibilidade de mudanças significativas no quadro que então prevalecia. Não basta que o Estado tente modificações, dizia ele, o que importa é saber se existem forças sociais capazes de aproveitar as novas oportunidades e de ocupar os espaços que venham a ser abertos. Voltávamos às questões colocadas pelos sociólogos em torno da necessidade de identificar os movimentos sociais pró-desenvolvimento, os quais se fundavam em visões ideológicas distintas (Furtado, 1991, p. 37-38).

O comentário de Furtado sobre a perspectiva de Vuskovic indica bem a crítica do economista chileno ao reformismo ensaiado pelo governo Frei, o qual era marcado por um espírito modernizador, alinhado com as perspectivas da Aliança para o Progresso. Contudo, a sustentação política de seu governo impedia a plena consecução do seu

próprio programa de reformas. Em um contexto de capitalismo dependente, marcado pela superexploração da força de trabalho, a burguesia chilena bloqueou parte importante das reformas econômicas de Frei, como a reforma agrária, que foi aprovada no Congresso, mas não chegou a ser aplicada completamente¹⁰. De acordo com Vuskovic: “esgotou-se a possibilidade real de desenvolvimento simultâneo do capitalismo dependente como sistema econômico e da democracia burguesa como sistema político.” (Vuskovic, 1978, p. 38 - tradução nossa). Mais adiante retomaremos a reflexão de Vuskovic sobre a relação entre reformas e revolução.

Em 1968, após ser eleito diretor do Instituto de Economia e Planejamento da Universidade do Chile, Vuskovic deixou a CEPAL. Esse Instituto, anteriormente dirigido por Aníbal Pinto, notabilizou-se por, a partir de 1961, acolher as atividades da “Escolatina”, importante programa de mestrado em economia, que tinha como objetivo preparar pesquisadores de alto nível científico, capazes de realizar aportes à ciência econômica, especialmente relacionados com a problemática dos países latino-americanos. Ainda que não fosse mais funcionário da Comissão, a efervescência intelectual de Santiago, graças em parte à própria presença da CEPAL e de outras organizações do Sistema Nações Unidas na capital chilena, fez com que Vuskovic mantivesse intensa interlocução com seus funcionários e outros intelectuais e militantes¹¹.

No artigo “A distribuição da renda e as opções de desenvolvimento”, publicado inicialmente em setembro de 1970, nos Cadernos do CEREN, Vuskovic debate a concentração de renda que marcou o crescimento econômico latino-americanos (Vuskovic, 1979). Em nota de rodapé, o autor menciona que o trabalho foi fruto de discussões ocorridas em um seminário na Escolatina e debates com economistas como Aníbal Pinto, Maria da Conceição Tavares e Carlos Matus, todos funcionários da CEPAL. Vuskovic também protagonizou uma breve polêmica com Carlos Matus e sua proposta de “desenvolvimento interior”, duramente criticado pelo seu caráter abstrato (Ilpes, 1970).

Em 1970, junto às suas atividades de diretor do Instituto de Economia e Planejamento, Vuskovic participou da campanha de Salvador Allende. Após a vitória, foi responsável por acompanhar as questões relativas à economia durante a transição de governo. Dessa forma, pode perceber, antes mesmo da posse de Allende, as intensas dificuldades que o governo eleito teria para aplicar o programa da UP. Seguidas vezes menciona as ações de sabotagem de Frei e de seu ministro da Fazenda, Andrés Zaldívar, com o objetivo de criar o “pânico econômico e financeiro” (Vuskovic, 1978, p. 126)¹².

10 Em seu livro “Transição, socialismo e democracia”, Sergio Bitar, ministro do governo Allende e que se tornaria ministro dos governos Lagos e Bachelet, realiza uma análise sintética dos impasses econômicos e políticos das reformas de Eduardo Frei (Bitar, 1980, p. 48-49).

11 Além das organizações internacionais da ONU é relevante mencionar também a existência do Centro de Estudios de la Realidad Nacional (CEREN), ideologicamente próximo do MAPU, e do Centro de Estudios Socio-Económicos (CESO), que acolheu vários militantes e intelectuais brasileiros vinculados à chamada Teoria Marxista da Dependência, como Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini. Este foi também um importante dirigente do MIR.

12 Em exposição à Comissão Mista de Orçamento do Congresso, no dia 27 de novembro de 1970, o então Ministro da Fazenda, Américo Zorrilla, dirigente do Partido Comunista, detalhou o clima de

Uma vez garantida a posse de Allende, Vuskovic foi nomeado Ministro da Economia, instituição que esteve no centro das discussões sobre o formato da transição socialista. Aqui é importante ressaltar o formato de funcionamento estabelecido no acordo que criou a UP. Em sua análise sobre a relação entre os partidos da coalizão, Hobsbawm afirma que

a UP é um veículo concebido mais para travar do que para rodar. A fim de evitar que qualquer partido (leia-se: o PC) estabelecesse controle exclusivo sobre qualquer setor do governo, todos os empregos foram distribuídos de acordo com um rígido sistema de cotas, de modo que nenhum funcionário tivesse um superior imediato ou um subordinado imediato de seu mesmo partido (Hobsbawm, 2017, p. 438).

A condução da política econômica do governo era dividida entre o Ministério da Economia, dirigido inicialmente por Vuskovic, até então um membro independente, o Ministério da Fazenda, dirigido pelo Partido Comunista, e a Oficina de Planificación Nacional (ODEPLAN), que tinha status de ministério e foi dirigida por Gonzalo Martner García, próximo ao Partido Socialista.

Frente ao impasse do programa reformista de Frei, a via revolucionária para o socialismo se afirmava como a única possível para superar o capitalismo dependente. Quanto a esse ponto, é importante ressaltar o alinhamento entre Vuskovic e Allende. Este, em sua primeira Mensagem ao Congresso, em 1971, reafirmava abertamente o caráter revolucionário de seu governo:

Se esquecêssemos que nossa missão é estabelecer um projeto social para a humanidade, toda a luta do nosso povo pelo socialismo se tornaria apenas mais uma tentativa reformista. Se esquecermos as condições concretas de onde partimos, pretendendo criar aqui e agora algo que exceda nossas possibilidades, também fracassaremos (Chile, 1971, p. IX - tradução nossa).

Em exposição ao Comitê Interamericano da Aliança do Progresso (CIAP), realizado em fevereiro de 1971, Vuskovic explicita que o programa econômico do novo governo estava orientado para a transformação da estrutura tradicional de desenvolvimento capitalista e dependente, a fim de substituí-la pelo início da construção do socialismo (Vuskovic, 1971, p. 154).

Na mesma reunião, Vuskovic anunciou as três principais ações econômicas do governo Allende. A primeira delas era o sistema de planificação organizado em três áreas de propriedade: estatal, mista e privada. A área estatal, também chamada “área de propriedade social”, seria composta por setores nacionalizados, como os monopólios bancários, explorações de recursos minerais, grandes indústrias, distribuição e comércio exterior. A área mista seria constituída por empresas nas quais se combinam os capitais

especulação e fuga de capitais que marcou a economia do país após a eleição de Allende (Martner, 1971, p. 20)



privados nacionais e estrangeiros o capital público e cuja gestão seria conjunta. Por fim, a propriedade privada seria composta principalmente por pequenos capitais, comércio, serviços e pequenas manufaturas. A segunda medida era uma ampla redistribuição de renda em favor da classe trabalhadora. Por fim, a terceira medida era o aprofundamento do processo de reforma agrária (Vuskovic, 1971, p. 155).

A questão da política de redistribuição da renda foi detalhada no Programa da UP. Não escapava à percepção de Vuskovic que um aumento rápido dos salários poderia gerar efeitos secundários no nível de preços. O aumento salarial deveria permitir um aumento do consumo dos trabalhadores de cerca de 13%, quando comparado a 1970. Em dezembro de 1970, a taxa de inflação havia chegado a 35%. O governo Allende havia projetado uma taxa de inflação média para 1971 de 8%. A forma encontrada para evitar a aceleração inflacionária foi a imposição de controles de preços.

Tratava-se, portanto, de uma política econômica que contava com o consumo popular como um dos parâmetros fundamentais para impulsionar o crescimento econômico e alterar a correlação política de forças em favor dos trabalhadores. Além disso, o governo iniciou um grande conjunto de obras públicas, em particular no setor da construção civil, sabidamente intensivo em trabalho (na época), também com o objetivo de ampliar o crescimento econômico e a geração de empregos. A equipe de economistas da UP trabalhava com a hipótese de que a economia chilena operava com altos níveis de capacidade ociosa, o que permitiria a retomada do crescimento econômico, do emprego, dos salários, sem gerar grandes pressões inflacionárias.

A construção da política de longo prazo iniciou-se junto à reativação da economia. Ao fim de dezembro de 1970, Allende anuncia a estatização do sistema bancário, considerada fundamental por Vuskovic para proceder às transformações estruturais da economia, como a expansão de crédito para as pequenas e médias empresas, e proteger o país da especulação financeira. Em seu discurso, Allende afirmou que “somente com os bancos nas mãos do povo, por meio do governo que representa seus interesses, é possível cumprirmos a nossa política” (Allende, 2022, p. 43).

A política de curto prazo produziu expressivos resultados em termos de crescimento em 1971. Combinada com a nacionalização de setores estratégicos da economia, como o cobre, cuja estatização foi autorizada pelo Congresso em julho de 1971, a política econômica do governo Allende parecia produzir importantes transformações produtivas. A atuação de Vuskovic foi decisiva para sua elaboração e implementação. Cabe destacar, contudo, que não se restringiu a um papel técnico. Em reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento, em janeiro de 1971, Vuskovic afirmou que:

Seria ingenuidade ignorar o fato de que o cumprimento dos objetivos da política econômica do governo é mais um problema político do que técnico. Ele envolve necessariamente o confronto com interesses que foram e serão ameaçados e que, portanto, procurarão se defender com todos os meios à sua disposição. (...) É precisamente porque a raiz da questão é política e não meramente técnica e administrativa que os trabalhadores têm uma responsabilidade fundamental. Também está claro que essa responsabilidade não pode ser satisfeita

simplesmente apoiando passivamente as medidas tomadas de cima para baixo. Ela deve ser exercida em cada uma das frentes em que essa política econômica ocorre (Martner, 1971, p. 281 - tradução nossa).

Percebe-se que, para Vuskovic, a atuação política das massas era uma condição necessária para que o objetivo estratégico da transição socialista fosse alcançado. Trata-se de uma perspectiva que integrava economia e política sob a premissa de que o caminho rumo ao socialismo seria complexo e que apenas a ação da classe trabalhadora poderia garantir a transição.

Em outubro de 1971, o governo apresentou um projeto para transferir para as áreas Social ou Mista todas as empresas cujo patrimônio líquido excedesse 14 milhões de escudos (aproximadamente US\$1 milhão). Essa medida afetaria cerca de 253 empresas, 150 das quais pertenciam ao setor manufatureiro, cobrindo aproximadamente 90% dos ativos corporativos do país. O plano previa a compra dessas empresas por meio de títulos da dívida pública, equivalentes ao valor contábil de seus ativos em 1969, com remuneração diferenciada para pequenos e grandes acionistas (Sater, Collier, 2022, p. 364). No entanto, a proposta enfrentou forte resistência no Congresso, onde muitos parlamentares temiam que o governo usasse essa legislação para ampliar seu controle sobre a mídia¹³.

O êxito inicial de Vuskovic logo foi percebido como um alerta pela direita chilena. Em setembro de 1971, dez deputados do Partido Nacional (PN) apresentaram uma acusação constitucional contra Vuskovic¹⁴. No documento inicial da acusação, percebe-se como a defesa da propriedade privada aparece no centro da argumentação da direita:

(...) Na esfera econômica, o governo da Unidade Popular realizou suas ações, com maior ou menor disfarce, mas de forma sustentada, à margem da lei, excedendo a lei, abusando do poder, atropelando as garantias constitucionais e violando deliberadamente os direitos de terceiros. Fundamentalmente, suas ações nesse sentido foram justificadas pelo cumprimento do programa e, conseqüentemente, pela transferência de empresas e atividades para a “área social”; uma expressão eufemística que significa simplesmente nacionalizar ou entregar o controle e o domínio do Estado. A criação da “área social” é uma aspiração do Programa de Unidade Popular, que não é fácil de especificar, nem foi tentado fazê-lo, exceto com expressões tão vagas quanto as do Presidente da República, quando ele afirma que afetará

13 A pressão da oposição levou o governo a reduzir o escopo do programa, limitando a expropriação a 90 empresas em janeiro de 1972. Entretanto, essa concessão não foi suficiente para acalmar os setores conservadores, que continuaram a ver a política econômica de Allende como uma ameaça.

14 Trata-se de um mecanismo previsto na Constituição Chilena vinculado ao controle de responsabilidade de ministros. Caso a acusação seja aceita, o ministro deve deixar seu posto. A direita utilizou-se desse instrumento seguidas vezes no governo Allende. Contudo, apenas uma acusação foi aceita pelo parlamento, contra o então ministro do interior José Tohá. Trata-se de um caso emblemático, pois foi proposta pela Democracia Cristã, que, a partir desse momento, aproxima-se crescentemente da direita.

“cerca de 120 empresas”... mas sem indicar quais (Chile, 1971b, p. 6 - tradução nossa).

Graças a um acordo com a Democracia Cristã, essa acusação foi rejeitada pelo parlamento. Em dezembro do mesmo ano, uma segunda acusação foi apresentada por deputados do PN e também rejeitada. Contudo, é interessante notar o conteúdo da segunda acusação apresentada contra Vuskovic

A política econômica do governo levou a uma distorção deliberada das atividades econômicas, sendo que uma das consequências foi a escassez e o aumento do preço de produtos essenciais (...) De fato, os trabalhadores estão sofrendo uma perda real no poder de compra de seus salários e remunerações e, como consequência, estão sofrendo uma perda real no poder de compra de sua remuneração. (Chile, 1971c, p. 5 - tradução nossa).

A partir do fim de 1971, tendo sido esgotada a capacidade ociosa da economia chilena, a manutenção do crescimento econômico tenderia, *coeteris paribus*, a gerar um aumento no nível de preços. O aumento da inflação e a escassez de alguns produtos ampliaram a insatisfação da população mais rica com o governo Allende e distanciaram a parte da classe média que o havia apoiado. Com o discurso contra a inflação, a direita chilena encontrou um caminho para desestabilizar o governo Allende¹⁵.

O quadro econômico de 1972 revela, portanto, as tensões inerentes ao projeto de transição de Allende para o socialismo. Se, por um lado, a expansão do consumo e a redistribuição de renda trouxeram ganhos sociais imediatos, por outro, a perda de divisas e a crescente dependência das importações impuseram limites estruturais ao modelo. Nesse momento, surgiram duas tendências dentro do governo. Pedro Vuskovic, apoiado pelo Partido Socialista, defendia a estratégia de “expandir e acelerar” a transição para o socialismo. O Partido Comunista, por outro lado, para garantir o apoio das classes médias ao governo, defendia uma linha mais moderada que deveria “aprofundar e consolidar” as conquistas alcançadas até então.

A divisão interna teve dois pontos altos: o primeiro, em fevereiro de 1972, na reunião em El Arrayan, onde se chegou a uma posição de compromisso entre o PC e o PS, e o segundo, em junho do mesmo ano, na reunião em El Curro, onde a posição do PC acabou predominando. Nesse momento, a equipe econômica inicial foi substituída por membros mais moderados da UP. Carlos Matus substituiu Pedro Vuskovic, que foi nomeado vice-presidente da Corporação de Fomento da Produção (CORFO), banco público de investimentos chileno, posto com um estatuto semelhante ao de ministro, cargo que ocupou até o dia 11 de setembro de 1973. Vuskovic foi um dos poucos ministros presentes em todo o governo Allende.

15 “Uma das coisas estranhas em relação aos períodos de inflação é que praticamente só nessa altura é que as pessoas da zona mais alta de distribuição do rendimento exprimem *en masse* solidariedade com os pobres. Sempre que a inflação levanta a cabeça, ouvimos dizer que ‘atinge principalmente os pobres’, uma vez que os seus rendimentos são baixos e são mais afetados pela subida dos preços” (Blyth, 2017, p. 31)

Allende tinha grande estima por Vuskovic, cuja atuação foi seguidas vezes elogiada, destacando sua proximidade com a população e sua disposição em dialogar diretamente com os setores populares. Para o presidente chileno, essa postura era exemplar e deveria ser replicada em outros ministérios e órgãos do governo, fortalecendo o vínculo entre o poder público e as demandas populares (Allende, 2016, p. 361).

Ainda que não estivesse mais no Ministério da Economia, Vuskovic tentou avançar na socialização da economia chilena na CORFO. Em artigo publicado na Revista da Universidade Técnica do Estado, no início de 1973, ao realizar um balanço da política econômica realizada nos dois primeiros anos do governo Allende, fez uma análise da situação da economia chilena e apresentou sua visão sobre como superar os problemas surgidos.

O agravamento dos problemas da economia chilena, em 1972, seria uma reação do imperialismo estadunidense e da burguesia chilena frente ao avanço da consecução do Programa da Unidade Popular (Vuskovic, 1973, p. 56). Esses avanços ainda não teriam sido suficientes para retirar da burguesia nacional a capacidade de utilizar seu poder econômico em ações de sabotagem e obstrução da economia. Como resultado, a condução econômica ocorria em um ambiente de disputa política, no qual os problemas econômicos não podiam ser dissociados da luta entre classes.

Segundo Vuskovic, a crise da balança de pagamentos seria resultado do fechamento das linhas de crédito internacionais e da manipulação do preço do cobre, principal produto de exportação do país, por grandes corporações imperialistas. Além disso, o déficit fiscal refletiria a resistência da burguesia em contribuir com recursos para manter os serviços essenciais e melhorar os salários dos trabalhadores do setor público, bem como os obstáculos impostos pelo Congresso na aprovação de novos impostos. O aumento da inflação e os problemas de abastecimento seriam, portanto, consequência de uma estratégia deliberada de especulação, “acaparamento” e destruição de produtos, ao lado do fortalecimento do mercado negro (Vuskovic, 1973, p. 59).

Frente a esse diagnóstico, a solução dos problemas não estaria apenas na eficiência administrativa ou na restauração de um funcionamento mais “normal” do capitalismo. Pelo contrário, a saída requeria a superação das limitações na execução do Programa do governo, completando a área social e assegurando o controle do governo sobre toda a economia. Isso implicava fortalecer a participação dos trabalhadores na gestão das empresas estatais e estabelecer mecanismos de controle sobre o setor privado e sobre a distribuição de bens, por meio de organizações populares como as Juntas de Abastecimento e Preços (JAP), surgidas de forma espontânea no começo do governo Allende e que tiveram um peso crescente na produção e distribuição de produtos de primeira de necessidade (Schmeisser, 2018, p. 227).

No campo das relações econômicas externas, Vuskovic acreditava que o fortalecimento dos laços com países socialistas poderia permitir acesso a novos mercados, equipamentos e cooperação científica e tecnológica. Além disso, o governo Allende foi um entusiasta da integração econômica latino-americana, via a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), e no âmbito sub-regional, via o Pacto Andino, como uma forma de ampliar as relações comerciais do país (Martner, 1971, p. 271).

É possível perceber que, para Vuskovic, a política econômica do governo não estava condenada ao fracasso. Ainda que existisse algum exagero no prognóstico de continuidade do crescimento econômico sem impacto inflacionário ou na possibilidade dos países do Segundo Mundo garantirem apoio econômico ao Chile¹⁶, reafirmava a capacidade da economia chilena superar os problemas inerentes à transição socialista, como desabastecimentos e aumento da inflação.

O principal entrave ao governo popular não era a economia, mas a situação política do país e, em particular, a correlação de forças entre as classes sociais. A burguesia ainda mantinha um poder econômico significativo e continuava a atuar contra a implementação plena da política econômica do governo. A propriedade social ainda não se consolidara como setor dominante, permitindo que importantes atividades estratégicas permanecessem sob controle capitalista. O setor privado sonegava impostos, participava de especulação e financiava a propaganda reacionária. Além disso, as tentativas de redistribuição de renda encontravam obstáculos, pois a burguesia conseguia recuperar parte de sua posição por meio da inflação e da especulação no setor de distribuição e comércio.

Frente ao acirramento das tensões políticas, a estratégia do governo, segundo Vuskovic, deveria se concentrar na ampliação da área social e na captação dos rendimentos da burguesia para redirecioná-los ao fortalecimento da acumulação e ao aumento da capacidade produtiva. Sem avançar na socialização da economia, os fatores de aceleração da inflação seguiram atuando, o que significaria impor aos trabalhadores uma perda do seu poder de compra e do seu consumo. A superação desses desafios passava pela radicalização da participação popular e pela consolidação de mecanismos de controle que garantissem a irreversibilidade das conquistas já alcançadas.

Conclusão

Após o golpe de 1973, Pedro Vuskovic realizou uma reflexão aprofundada sobre a experiência do governo da Unidade Popular, buscando compreender as razões de seu fracasso e os desafios enfrentados no processo de transição ao socialismo. Suas análises, reunidas posteriormente no livro “Una sola lucha”, não se limitam a um diagnóstico econômico, mas articulam questões políticas e estratégicas, destacando os dilemas enfrentados por um governo que buscou transformar a estrutura socioeconômica chilena dentro dos marcos institucionais existentes (Vuskovic, 1978). Seu balanço enfatiza a necessidade de uma estratégia mais ampla de conquista do poder, indo além da mera gestão estatal, e aponta os limites e contradições da experiência chilena diante das pressões internas e externas que levaram ao golpe de 1973.

Para Vuskovic, a chegada ao governo não significou a conquista do poder, mas sim a necessidade de construí-lo dentro da legalidade vigente, ao mesmo tempo em que promovia transformações socialistas e atendia às demandas populares. Um dos principais obstáculos foi a ausência de uma vanguarda unificada e com flexibilidade tática suficiente

16 Em seu livro, Isabel Turrent, narra todo o esforço do governo Allende em se aproximar da União Soviética, que sempre manteve certa distância, sobretudo no âmbito econômico (Turrent, 1984).

para liderar o proletariado diante das reviravoltas políticas. No entanto, houve avanços significativos, com crescente participação popular na gestão econômica e social, por meio das Juntas de Abastecimento e Preços (JAP), Conselhos de Administração em empresas estatais, organizações de trabalhadores, camponeses e moradores, e outras instâncias de participação direta (Vuskovic, 1978, p. 41).

Apesar desses avanços, a economia chilena começou a enfrentar dificuldades a partir de 1972, em grande parte devido ao bloqueio externo, sabotagem interna e ações da burguesia para desestabilizar o governo. Ainda assim, os indicadores econômicos mostravam melhorias em relação a 1970, com expansão industrial, redistribuição de renda e investimentos em setores estratégicos. Contudo, a escassez e as filas eram mais reflexo da redistribuição da renda e da especulação do que de uma real queda na oferta de bens essenciais.

Vuskovic argumenta que a resposta do governo subestimou a capacidade de reação da burguesia e do imperialismo, deixando setores estratégicos ainda sob influência capitalista (Vuskovic, 1978, p. 42). A estatização de empresas não foi acompanhada de medidas que garantissem o controle efetivo da economia, permitindo que a burguesia migrasse para atividades especulativas e mantivesse seu poder financeiro.

O autor aponta que o processo econômico avançou mais rápido que as mudanças políticas, o que gerou um descompasso perigoso. Quando o governo tentou corrigir sua política econômica em 1972, enfrentou divisões internas e resistências que comprometeram sua eficácia. A falta de direção unificada na política econômica permitiu que as disputas partidárias enfraquecessem a condução do projeto revolucionário (Vuskovic, 1978, p. 48).

Além disso, a burocratização das direções partidárias contribuiu para um afastamento das massas, que continuavam mobilizadas, mas frequentemente à revelia das direções formais. A resistência da burguesia tornou-se mais organizada e conseguiu impor sua própria "contra-política", explorando a insatisfação popular com a escassez e a inflação para minar o apoio ao governo (Vuskovic, 1978, p. 52).

Vuskovic conclui que o fracasso do governo não pode ser atribuído exclusivamente a erros de política econômica, mas sim à falta de uma estratégia de poder que garantisse a irreversibilidade das transformações. A experiência da Unidade Popular demonstrou que mudanças econômicas isoladas não são suficientes sem um avanço paralelo na estrutura política, e que a luta pelo controle efetivo do Estado e da economia deve ser conduzida de maneira integrada.

Referências

- AHUMADA, Jorge. Teoría y programación del desarrollo económico. Santiago: ILPES, 1967.
- ALLENDE, Salvador. Textos de Salvador Allende. Santiago: Biblioteca Clodomiro Almeyda, 2016.
- ALLENDE, Salvador. A revolução desarmada. São Paulo: UBU, 2022.
- BITAR, Sergio. Transição, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BOLÍVIA. Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social (1962-1971). La Paz, 1961.
- CEPAL. Estudio preliminar sobre la técnica de programación del desarrollo económico. Rio de Janeiro, 1953.
- CEPAL. Análisis y proyecciones del desarrollo económico. Vol. I: Introducción a la técnica de programación. Cidade do México, 1955.
- CEPAL. Análisis y proyecciones del desarrollo económico. Vol. III: El desarrollo económico de Colombia. Cidade do México, 1957.
- CEPAL. Análisis y proyecciones del desarrollo económico. Vol. VI: El desarrollo industrial del Perú. México: Cidade do México, 1959.
- CHILE. Primer mensaje del presidente Allende ante el Congreso Pleno. Santiago, 1971a.
- CHILE. Acusación Constitucional. Ministro de Economía, Fomento y Reconstrucción señor Pedro Vuskovic Bravo. 08 de septiembre 1971. Santiago, 1971b.
- CHILE. Acusación Constitucional. Ministro de Economía, Fomento y Reconstrucción señor Pedro Vuskovic Bravo. 15 de diciembre 1971. Santiago, 1971b.
- FURTADO, Celso. Os ares do mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- HOBBSBAWM, Eric. Viva la revolución. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- ILPES. Dos polémicas sobre el desarrollo de América Latina. Santiago: Editorial Universitaria, 1970.
- MALDONADO, Raúl (org.). Pedro Vuskovic Bravo (1924-1993). Obras escogidas sobre Chile (1964-1992).
- MARTNER, Gonzalo. El pensamiento económico del gobierno de Allende. Santiago: Editorial Universitaria, 1971.
- MARTNER, Gonzalo. La vía pacífica al socialismo. El Trimestre Económico, Vol. 51, No. 204(4), p. 761-809, out.-dez., 1984.
- PREBISCH, Raúl. Entrevista inédita a Prebisch: logros y deficiencias de la CEPAL. Revista da CEPAL, Santiago, v. 75, p. 9-23, dez., 2001.
- PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento Econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). Cinquenta de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 69-135.



SATER, William; COLLIER, Simon. *A History of Chile 1808–2018*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

SCHMEISSER, Boris Cofré. La lucha por “el pan” y la defensa del “gobierno popular”: las Juntas de Abastecimiento y Control de Precios en la Vía chilena al socialismo. *Izquierdas*, Santiago, n. 41, p. 224-249, agosto 2018.

SOUSA, Cidoval Moraes, THEIS, Ivo Marcos, BARBOSA, José Luciano Albino (eds). *Aprendendo e fazendo com o Mestre*. In: Celso Furtado: a esperança militante (Depoimentos): vol. 2 [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020, pp. 38-175.

TURRENT, Isabel. *La Unión Soviética en América Latina*. Cidade do México: El Colégio de México, 1984.

URQUIDI, Víctor L. Jorge Ahumada (1917-1965). *El Trimestre Económico*, Vol. 34, No. 133(1), p. 3-10, jan.-mar., 1967.

VUSKOVIC, Pedro. Algunas consideraciones sobre el desarrollo industrial del Perú. *Boletín Económico de América Latina*, Santiago, vol. IV, n. 1, p. 26-33, mar., 1959.

VUSKOVIC, Pedro. El modelo insumo-produto. *Boletín Económico de América Latina*, Santiago, vol. I, n. 2, p. 17-31, mar., 1956.

VUSKOVIC, Pedro. Balance de un curso sobre desarrollo económico. *Revista Planeamiento*, La Paz, p. 39-45, dez., 1960.

VUSKOVIC, Pedro. *Técnicas de planificación*. Santiago: ILPES, 1965.

VUSKOVIC, Pedro. Chile, la lucha contra el subdesarrollo. *Problemas del Desarrollo*, Vol. 2, No. 7, p. 151-165, abr.-jun, 1971.

VUSKOVIC, Pedro. *Una sola lucha*. Madri: IEPALA, 1978.

VUSKOVIC, Pedro. A distribuição da renda e as opções de desenvolvimento. In: SERRA, José (org.). *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

VUSKOVIC, Pedro. Dos años de política económica del Gobierno Popular. *Revista de la Universidad Técnica del Estado*, n. 11-12, p. 51-67, nov.-feb., 1973.



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International License.